

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 81.^a Sessão Ordinária
Realizada em 15 de Junho de 1971 — Terça-feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. deputados: Arizone Araújo, Fuad Nacli, Nivaldo Krüger (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do coronel Francisco Durski Silva, da Guarda Nacional, com a idade de 84 anos, ocorrido hoje na cidade de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.971.

(a) João Mansur.

JUSTIFICATIVA: — O coronel Francisco Durski Silva era filho do Senhor Justino da Silva, 1.º Prefeito Municipal de Prudentópolis e de dona Narcisa Durski Silva, casado com a senhora Marenka Durski Silva, uma família ilustre e tradicional daquele Município.

O extinto foi também, Prefeito Municipal de Prudentópolis e exerceu por mais de 30 anos o cargo de Tabelião.

Requer, ainda, que após a decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, residente naquela localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre deputado Antônio Heil, Líder da ARENA na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Da manifestação desta Assembléia Legislativa, solicito que seja dado conhecimento à família enlutada, através daquele Poder Legislativo, pela irreparável perda sofrida pelo povo catarinense.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao Sr. Mário De Mari, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, como reconhecimento ao esforço pessoal que vem desenvolvendo à frente daquela entidade, no sentido de valorizar a indústria paranaense no conceito nacional e internacional, promovendo a constituição de missões técnicas de intercâmbio e o incremento das exportações de produtos paranaenses, dentro dos preceitos preconizados pelas autoridades financeiras do País.

Outrossim, requer ainda, após a aprovação do Plenário, seja dada ciência do inteiro teor deste requerimento, ao ilustre homem paranaense.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Igo Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o Presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de profundo pesar pelo passamento da senhora Clarice Taquet, sogra do eminente Secretário da Agricultura, dr. Carlos Osório Meissner, ocorrido na cidade de Castro.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, dê-se conhecimento à família enlutada através expediente desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrevo, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao exmo. sr. Ministro da Guerra, exmo. sr. Secretário Geral do Ministério da Guerra e ao exmo. sr. general Comandante da 5a. Região Militar, votos de aplausos desta Casa de Leis pelo sucesso obtido na realização das II Olimpíadas do Exército Nacional, recentemente encerradas em Belo Horizonte, cujo principal objetivo, integração plena dos brasileiros civis e militares, através do esporte, foi totalmente colimado.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Cândido Martins de Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados através desta Casa, aos exmos. srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Governador do Es-

tado e Presidente do INGRA, os abaixo-assinados dos posseiros da Gleba Piquiri, município de Palotina, neste Estado, e que relatam a aflitiva situação que atravessam 50 famílias daquela gleba ameaçadas que estão de perderem suas terras para elementos de Companhias de Terras estranhas ao local.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Cândido Martins de Oliveira.

JUSTIFICATIVA: — Inúmeras famílias residentes na Gleba Piquiri — município de Palotina — lavradores que há muitos anos tomaram posse daquelas terras, estão sofrendo toda a sorte de represálias por parte de elementos de Companhias interessadas em arrebatar-lhes a posse e o domínio das terras em questão, hoje bastante valorizadas.

Os abaixo assinados que nos foram enviados pelos posseiros e cujo encaminhamento solicitamos através deste às autoridades competentes afirmam que os colonos estão sendo ameaçados por soldados da Polícia Militar do Estado, por jagunços a sôldo das Companhias interessadas, coagindo-os para que abandonem suas terras, suas plantações e seus haveres familiares.

A fim de intimidar os trabalhadores rurais de Palotina alegam os pretensos proprietários da Gleba em questão que possuem direitos reconhecidos pelo juiz da Comarca; se tal de fato ocorre, cremos que, ao lado do dever de se fazer cumprir aquilo que a Justiça decidiu na esfera civil há o interesse das famílias que devem ser pesados para a exata e justa aplicação do Direito no seu sentido mais humano e social. Se a ameaça da perda das terras pelos posseiros se concretizar, haverá em Palotina um problema humano e social de graves proporções, causando um desumano prejuízo a várias famílias vinculadas à Gleba em litígio, com seus bens familiares sujeitos a uma crise insuportável que, fatalmente, degenerar-se-á em flagrante injustiça.

Assim sendo, esperamos e contamos com o apoio dos nobres senhores Deputados a este requerimento para que as exmas. autoridades, acima relacionadas possam tomar conhecimento da situação em Palotina e possam, com uma solução equânime e justa, colocar paradeiro à questão que ameaça a tranquilidade e segurança das famílias da Gleba Piquiri.

Da decisão desta Casa, solicitamos seja dado conhecimento ao Prefeito Municipal de Palotina, à Câmara Municipal de Vereadores daquele município, com o inteiro teor deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A situação em que se encontram milhares de servidores no setor educacional do Paraná, é hoje, realmente lamentável, senhor Presidente e senhores Deputados. Sem uma situação funcional definida com relação ao Estado, mais de três mil pessoas vêm se dedicando desde o início do presente ano letivo a difícil tarefa de fazer a limpeza e colocar em ordem os prédios escolares, na esperança de perceberem a recompensa de Cr\$ 142,00 mensais. Estão, pois, trabalhando desde março do corrente ano. Nada, entretanto, receberam. O orçamento do Estado consigna uma verba para fazer face a esses pagamentos. Deve ela, todavia, ser liberada e às Coletorias Estaduais determinado o pagamento do pessoal em cada Município. Até agora, segundo nos consta, nenhuma providência foi adotada nesse sentido.

Daí o nosso apelo, para que o exmo. sr. Governador tomando conhecimento da situação realmente aflitiva de milhares de pessoas e centenas de famílias, venha a determinar as providências cabíveis por parte de S. Exa. o sr. Secretário de Fazenda.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Cândido Martins de Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente de congratulações ao exmo. sr. General Comandante da 5a. Região Militar e ao exmo. sr. Gene-

ral Comandante de Artilharia Divisionária da 5a. Divisão de Infantaria, pelo transcurso no dia 10 (dez) do corrente mês do "Dia da Artilharia", cujas festividades revestiram-se do mais absoluto êxito e trouxeram a esta Capital as mais altas autoridades militares, entre as quais o gal. Breno Borges Fortes e gal. José Campos de Aragão, ex-Comandante da 5a. Região Militar.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) Cândido Martins de Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, nos termos do art. 14.o, do Regimento Interno, requer a concessão de 15 (quinze) dias de licença para tratar de interesses particulares, computados a partir do dia 17 (dezessete) próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) David Federmann.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja, por ofício, feito um apêlo ao exmo. sr. engenheiro Secretário dos Transportes e ao exmo. sr. engenheiro Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser providenciado, com a possível urgência, o asfaltamento da estrada que liga o lugar denominado Passa-Sete à Auto Estrada Curitiba-Paranaguá, no Município de Morretes.

Sala das Sessões em 15 de junho de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA: — A extensão da estrada a que nos referimos é de pouco mais de três quilômetros. Fica no município de Morretes e une a Estrada estadual Curitiba-Paranaguá a federal auto-estrada. O revestimento com macadame já foi efetuado e, a nosso ver, está consolidado. Com poucos dias de trabalho poderá ser executado o seu asfaltamento. Convém salientar que essa estrada encurtará, como já encurta, em 11 quilômetros a distância até as cidades de Morretes e Antonina, assim como, Cacatú a Usina Capivari-Cachoeira, Serra Negra e Guaraqueçaba ficarão mais próximos de Curitiba. Esse trecho faz parte integrante, também, da chamada BR-101, ou seja a estrada litorânea que unirá o Norte ao Sul do Brasil. Lá existe mesmo uma placa que diz que ela será unida a Garuva. Com êsses poucos elementos que apresentamos, podemos aquilatar a importância dêsse trecho, assim como a necessidade do seu asfaltamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Pleário, seja encaminhado ao exmo. sr. deputado José Bonifácio, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal dos Deputados, o seguinte expediente:

Sr. Deputado:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vem muito respetosamente a presença de Vossa Excelência com o escôpo de solicitar a especial atenção da Comissão de Constituição e Justiça para o grave problema dos conflitos de terras que se vêm verificando em nosso Estado, mórmente na região Oeste-Sudoeste, reclamando urgente repressão legal através de medidas legislativas acertadas e oportunas.

Infúmeros têm sido os pedidos formulados a esta Casa Legislativa, objetivando a adoção de medidas conciliatórias para a solução dêsses conflitos, eis que foge à sua alçada poder coibitório desejado. Por tal efeito, vê-se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná impotente ante tão sérios

problemas sociais, lamentavelmente encontrando danosas repetições, implicando na eclosão de lutosos conflitos, os quais envolvem posseiros, colonos, moradores, donos de terras, chefes de família e autoridades locais. Tudo isto, sr. Deputado, sem a menor influência a determinar soluções aspiradas, mas tão somente precipitando climas inglórios de violências de toda sorte.

Recentemente, sr. Deputado, e ainda perdura ali o mesmo clima de inquietude e preocupações, o município de Santa Helena, presentemente integrando o número dos enquadrados em área de Segurança Nacional, viveu momentos de terríveis expectativas, foi palco de uma cruel chacina, ceifando várias vidas. Embora as medidas policiais postas em prática para pôr fim necessários a novos excessos, a mudança ideal de situação só será atingida por intermédio de medidas vigentes a longo prazo, oriundas do Poder Legislativo, atingindo diretamente as profundas raízes do grande mal. Elas trarão, certos estamos, um estado geral de tranquilidade, a esperança de melhores dias, a preservação de um clima ameno de trabalho assegurado pela lei e o respeito aos direitos alheios. Por extenso influirão elas para que, em outras regiões, cêssem o atropelo às garantias individuais e a inefasta presença de um jaguncismo nefasto e criminoso.

Dai porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná oficia a Vossa Excelência, sr. Deputado, apelando para que sejam adotadas medidas legislativas do maior alcance, com incursos nos Códigos, especialmente o Código Civil, prevendo o incurrimento do prazo do Instituto do Usucapião, gerador de grandes e graves conflitos nos casos de terras particulares. Também a feitura de novas normas legais a ampararem a presensão desta Assembléia de ver banido de seu território problema tão chocante e a entrar o trabalho construtor de sua gente.

Certo da consideração de Vossa Excelência em submeter à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal dos Deputados este nosso brado de alerta sobre assunto de tanta relevância, apressamo-nos em testemunhar a Vossa Excelência todo o nosso alto apreço e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Ivo Tomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o ministro Alfredo Buzaid, da Pasta da Justiça, pleiteando a prorrogação do prazo de vigência da Carteira Modelo-19, documento que legaliza a permanência de estrangeiros no País.

Como se sabe, a partir de julho próximo, de acordo com Portaria assinada pelo excelentíssimo senhor Ministro da Justiça, expira o prazo para que o estrangeiro requeira aquele documento.

Ocorre, todavia, que há impossibilidade material e humana, em nosso Estado, de atender às milhares de solicitações de cidadãos estrangeiros aqui radicados, em diversos pontos de seu território, dentro daquele prazo.

A par de provocar um sem número de situações ilegais de permanência, aquela medida administrativa da Pasta da Justiça estabelece, também, apenamento financeiro aos que não atenderem aos prazos previsto na Portaria, que estarão obrigados a pagar multa diária equivalente a 1/30 do salário-mínimo regional vigente.

Não se pretende increpar o ato de Sua Excelência o Ministro da Justiça, mas tão somente salientar a inviabilidade de sua execução, face a estrutura do órgão estadual encarregado de expedir a Carteira Modelo-19, não ter condições de atender à demanda de estrangeiros interessados em localizar a permanência no Paraná.

Dai, a necessidade de prorrogar o prazo de vigência do mencionado do-

cumento, sob pena de se praticar injustiça com os estrangeiros que para cá vieram, sem espírito de aventura, ajudar o Paraná engrandecer o Brasil.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Jorge Sato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o excelentíssimo senhor governador Haroldo Leon Peres, solicitando a abertura de concurso público para identificadores, carreira integrante da série de classes do Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

Tal medida se faz imperiosa, considerando:

- a) ser reduzido o número de funcionários capacitados, funcional e legalmente, realizarem os serviços relativos à identificação de estrangeiros, especialmente, em todo o Estado;
- b) a imprescindibilidade de se processar a identificação de mais de 30.000 estrangeiros residentes no interior do Estado;
- c) que o Ministério da Justiça, mediante Portaria baixada pelo titular da Pasta, suspenderá, a partir de julho próximo, em todo o território nacional, o fornecimento da Carteira Modelo-19, documento que legaliza a permanência do estrangeiro no País;
- d) que os estrangeiros que deixarem de atender àquele prazo, serão obrigados ao pagamento de multa diária equivalente a 1/30 do salário-mínimo regional vigente;
- e) que, não obstante o empenho de alguns poucos identificadores, é impossível atender a todos os estrangeiros interessados, no interior do Estado, em legalizar a permanência em nosso território, em virtude das insuficientes condições materiais e humanas de trabalho;
- f) que, enfim, não é justo que a boa vontade dos estrangeiros que vêm ajudar o Paraná a se desenvolver, deixe de ter como recíproca o empenho do Governo do Estado no sentido de propiciar-lhes o mínimo que desejam, isto é, permanecer legalmente trabalhando nas terras brasileiras.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) Jorge Sato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, requer, seja encaminhado ao ilustríssimo senhor engenheiro Dalton O. Cordeira, diretor do 9.º Distrito Rodoviário do Estado, o abaixo-assinado anexo, o qual contém justa reivindicação dos usuários da BR-277, Km. 14. Fazemos em nosso nome veemente apelo àquela autoridade para que sejam tomadas medidas urgentes que venham a sanar o perigo existente no referido trecho daquela rodovia.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário.

Considerando

1 — Que os serviços de canalização do Rio Ivo, na rua Pedro Ivo, trecho compreendido na rua Desembargador Westphalen à rua Voluntários da Pátria, trecho entre a rua Pedro Ivo à Praça Rui Barbosa, estão praticamente paralisados em virtude da necessidade de realização de trabalhos pelo Departamento de Água e Esgotos;

2 — que o referido trajeto, localizado no centro da cidade de Curitiba vem

trazendo sérios transtornos ao trânsito da cidade, além de enormes prejuízos aos comerciantes ali estabelecidos e aos pedestres de modo geral.

Oficie-se ao ilustríssimo senhor Diretor do Departamento de Águas e Esgotos, solicitando de Sua Senhoria que se digne informar a esta Casa porque razão o D.A.E. não vem acompanhando o mesmo ritmo de rapidez de trabalhos executados pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pela Companhia Força e Luz do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 102-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado a do Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

(a) **Domício Scaramella**

JUSTIFICATIVA: — Necessário se torna a ligação entre Pinhão e Cruz Machado, através de estrada de boa qualidade, objetivando um melhor escoamento das abundantes safras da região, o que, em nossos dias, se torna impraticável, tendo em vista a precariedade em que se encontra aquela via intermunicipal.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoioamento, e, no final a necessária aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda à leitura do Ofício da "Folha de Londrina", endereçado a esta Casa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lendo):

"OFÍCIO:

FOLHA DE LONDRINA

Sucursal de Curitiba

Praça Osório, 368 — 2.º andar — Fone: 22-0713

Curitiba, 8 de junho de 1971.

Senhor Presidente.

A "Folha de Londrina", jornal que vem sentindo o gradativo aumento do turismo na orla litorânea paranaense está se propondo a realizar, dia 15 próximo, no Iate Clube Caiobá, uma reunião de autoridades do Litoral, sob o título de "I ENCONTRO TURÍSTICO DO LITORAL DO PARANÁ".

O Encontro, senhor Presidente e senhores Deputados, iniciará um trabalho de divulgação do turismo paranaense, ao qual a administração de Vossa Excelência tem dado todo o apoio possível, frente a Assembléia Legislativa.

As 16h e 30m, na sede do Iate Clube Caiobá, programamos uma recepção aos senhores Deputados, feita por Prefeitos e líderes empresariais do litoral.

Após, a diretoria do Parque Balneário Caiobá oferecerá um coquetel as autoridades, nas dependências da entidade social, em agradecimento pelos relevantes serviços que a Assembléia Legislativa tem prestado ao povo paranaense.

Cortando com sua presença, Senhor Presidente, ou na sua ausência, de

um representante do Poder Legislativo, no encerramento do "I ENCONTRO TURÍSTICO DO LITORAL DO PARANÁ", firmamo-nos mui atenciosamente.

(a) **Ubaldo de Siqueira** — Diretor da Sucursal de Curitiba".

O SR. PRESIDENTE — A Presidência designa aos srs. deputados Xenofonte Villanueva e Rosário Pitelli, para representarem a Assembléia Legislativa, hoje às 18:30 horas, no Iate Clube de Caiohá, na Reunião que se realizará, do Primeiro Encontro Turístico do Litoral do Paraná.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Mauricio Fruet.

O SR. MOURICIO FRUET — Sr. Presidente, eminentes srs. Deputados que compõem a Mesa, prezados companheiros.

Encaminhamos hoje à apreciação desta Casa, um pedido de informações, dirigido ao Diretor do Departamento de Água e Esgotos, solicitando que responda a esta Casa, por que motivo os trabalhos desenvolvidos pelo DAE, não acompanham o mesmo ritmo de rapidez dos desenvolvidos pela Companhia Força e Luz de Curitiba e pela Prefeitura Municipal desta Cidade.

Explico a razão do pedido: A rua Pedro Ivo, trecho compreendido entre as ruas Westphalen até a Voluntários da Pátria e da Voluntários da Pátria até a Praça Osório, está com seus serviços totalmente paralisados há mais de 2 meses. E por que razão? Por culpa da Prefeitura Municipal de Curitiba? Por culpa do Departamento Nacional de Saneamento, ou por culpa da Companhia Força e Luz? Absolutamente. Única e exclusivamente porque o Departamento de Águas e Esgotos, que não tomou as providências necessárias, não delegou e não autorizou aos empreiteiros que realizem o trabalho naquele trecho, fato esse que está trazendo sensíveis prejuízos a toda a coletividade curitibana.

Em segundo lugar, não podemos esquecer os inúmeros e incalculáveis prejuízos dos comerciantes residentes nas ruas citadas. E, finalmente, os transtornos que se causam e se provocam aos pedestres de um modo geral.

Portanto, tenho certeza que esta Casa não negará apoio ao pedido do Deputado que agora vos fala, no sentido de que o Diretor do Departamento de Águas e Esgotos preste a esta Casa os devidos esclarecimentos. E, por outro lado, tome as providências necessárias para o prosseguimento deste serviço.

É um absurdo que esteja ocorrendo na Capital do Estado e é absurdo também que o órgão do DAE não tome providências com a mesma energia e rapidez adotadas pela Prefeitura Municipal e pela Companhia Força e Luz de Curitiba.

Esta era a observação que faríamos ao Plenário da Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta casa deverá apreciar, nos próximos dias, o veto do sr. Governador ao projeto de lei n. 119-70, que visa criar os "Jogos Olímpicos Brasileiros", a serem efetuados quadrienalmente no Estado do Paraná.

O referido Projeto de Lei, de autoria do ex-deputado estadual Olívir Gahardo, atual Deputado Federal, visava atrair para o nosso Estado as atenções de toda a Nação brasileira. Sobretudo neste instante em que o Governo Federal procura incentivar as práticas desportivas, que o Governo Federal destinar recursos para incentivar o esporte. E o sr. Governador do Estado vetou o referido Projeto julgando a iniciativa do Deputado contrária aos interesses

do Estado, baseando-se em pronunciamento expellido pelo órgão competente da Secretaria de Educação e Cultura.

Tivemos oportunidade de analisar profundamente as razões apresentadas como justificativa do veto, e chegamos às seguintes conclusões: 1.º) O Parecer rigoroso do órgão competente da Secretaria de Educação e Cultura, salvo melhor juízo e no nosso entender, é injusto. O Projeto não conflita, de forma alguma, com os Decretos-Lei de n.ºs. 3.199, de 14.4.41 e 5.342, de 25.3.43, que apenas disciplinam o funcionamento de entidades desportivas do país.

O Projeto, da forma como foi redigido pelo Deputado, visava apenas organizar uma forma de competição que seria, naturalmente, regulamentada pelas entidades referidas pelos Decretos citados. Não se procurou inovar práticas desportivas, e sim, estimulá-las, como aliás preceituam os nossos dispositivos constitucionais. A regulamentação da lei em causa, de iniciativa governamental, teria, obviamente, de ter o crivo das entidades desportivas citadas pelos decretos federais.

2.º) — Diz ainda o veto governamental que o não acolhimento ao plano de lei em exame foi decorrente do pronunciamento do órgão competente da SEC que considerou a medida, pela forma como foi lançada, contrária aos interesses do Estado. Mas por que? Aí se omite o Governador do Estado, e não esclarece quais as razões que contrariam os interesses do Estado, neste Projeto. Nós não entendemos como seria possível uma competição desportiva contrariar os interesses estaduais.

O País, como dissemos no início, está no firme propósito de incentivar as competições esportivas para que possamos conseguir melhores resultados nas competições internacionais.

Há mesmo, sabemos disto, planos em estudo, objetivando a construção de campos esportivos nas proximidades das Universidades, para que participem os estudantes nas competições, fazendo com que nossa juventude pratique mais esportes, porque a grande verdade é esta: as colocações obtidas pelo nosso país em certames internacionais apenas retratam o grau que a cultura desportiva vem merecendo por parte de nossas autoridades.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o Deputado tem um minuto para concluir seu raciocínio.

O SR. ALVARO DIAS — Na maioria das competições, com algumas exceções, é lógico, como no futebol e no basquete, nossas posições têm sido medíocres... O Governo pretende estimular a prática esportiva; mas como estimulá-la a não ser realizando competições?

Porque o Paraná não aceita a colaboração neste sentido, com a sugestão digna e elogiosa, altamente recomendável, que encontra suporte em especial de uma juventude inteira, uma medida que, se aceita, elevaria ainda mais o nome de nosso Estado, levando até outras plagas as dimensões de nossa possibilidades, não só no campo esportivo, mas no campo cultural e econômico, porque teríamos a oportunidade, a par dessas competições, promover as grandes realizações de nosso Estado, em todos os outros setores, mostrando seu grande desenvolvimento, seu grande progresso.

Esperamos, entretanto, que o veto aposto pelo sr. Governador venha merecer, por parte dos srs. Deputados, inclusive da bancada governista, um estudo profundo que poderia, inclusive, fazer com que o sr. Governador entenda as razões do Projeto apresentado pelo ex-deputado Olivir Gabbardo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Assomo à Tribuna, no Pequeno Expediente, para comentar as visitas que

O sr. Governador tem apregoado a paz porém atira pedras.

O sr. Governador tem apregoado a paz porém atira pedras.

(Lendo): "O governador Haroldo Leon Peres, homem que tem viajado muito pelo Interior do Paraná, tem falado em harmonia, tem dado demonstração aparente de que deseja a paz para a família paranaense. O sr. Governador chega a usar o nome de Deus para colorir seu discurso. Porém, nota-se um ardente desejo de se transformar em vítima, ao mesmo tempo que não visita uma cidade sem atirar pedras em seu antecessor.

A crítica ao passado tem sido ponto dominante nas andanças do Chefe do Executivo Estadual. Não tem dado muita atenção ou cumprimento ao apêlo do Senhor Presidente da República que, ao se referir à situação política do Paraná, ao comportamento do Governador, pediu que não fôsem atiradas pedras ao passado, pois as pedras deveriam ser usadas para construir o futuro.

O sr. Haroldo Leon Peres, talvez o Governador que mais viaja, já adotou, como norma de Governo, discursar nos banquetes e nas solenidades públicas, onde aproveita para tentar jogar a opinião pública contra aqueles que um dia governaram o nosso Estado. Tem reiterado que encontrou quase todos os órgãos da administração estadual em precárias condições financeiras, ou quase falidas.

Simultaneamente, mostra que já recuperou quase tudo. Então o senhor Governador é um homem mágico. Encontrou tudo quebrado e recuperou tudo praticamente num mês de governo. Na verdade, se foram deixadas dívidas por esses ex-governadores, eles deixaram também obras, estradas, hospitais, escolas, energia elétrica, telecomunicações, etc. Ninguém poderia contestar as magníficas obras que foram implantadas no nosso Paraná, como fruto do trabalho dos homens que um dia governaram nosso Estado.

Queremos lançar, daqui, um apêlo ao sr. Haroldo Leon Peres: se realmente Sua Excelência deseja paz, deseja harmonia para os lares paranaenses, S. Exa. não deve visitar o interior do Estado, falar em Deus e atacar aqueles que já trabalharam pelo nosso querido Paraná.

Queremos, srs. Deputados, neste momento, dizer a S. Exa., o sr. Governador do Paraná que, ao visitar as cidades do interior paranaense, não deve jamais invocar o nome de Deus e, depois, jogar pedras, provocar intrigas e criticar aqueles que foram seus antecessores.

S. Exa. assumiu o Governo do Paraná. Tem uma alta responsabilidade, e fazemos votos para que S. Exa. cumpra fielmente com seu mandato, realize as obras que o Paraná espera, porém, num Paraná de paz, de harmonia, sem as provocações que vêm sendo feitas pelo sr. Haroldo Leon Peres, principalmente pelas cidades por onde tem passado, onde, ao usar da palavra, e em todos os momentos, S. Exa. aproveita para se transformar em vítima, criticando seus antecessores. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Já que somos o primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, queremos aqui nos reportar a duas notícias que são veiculadas, hoje, pela imprensa nacional.

A primeira delas, a decisão que o Superior Tribunal Militar adotou ontem, ao reformar a sentença do Conselho Especial da Justiça da 6.ª Circunscrição Militar de Salvador, mudando para prisão perpétua a primeira pena de morte decretada no Brasil, para a qual havia sido condenado o réu Teodomiro Romeiro dos Santos.

Esta mesma Casa de Leis, se não me falha a memória, de nosso companheiro Maurício Fruet aprovou um requerimento, dirigido ao sr. Presi-

dente da República, apelando para que aquêle brasileiro, condenado à pena de morte por ter matado um sargento do nosso Exército, tivesse sua pena comutada. E hoje, para alegria, quem sabe de todos os brasileiros, esse jovem, que talvez num ato impensado, tirou a vida de um militar, deverá pagar com a prisão perpétua pelo crime que cometeu. Realmente, nós acreditávamos que se essa decisão não viesse a ser adotada; o sr. Presidente da República, que é um homem com espírito realmente brasileiro, acabaria tomando essa decisão porque é ele o Chefe Supremo do Comando da Revolução e, no fundo, o Brasil, que é o país de um povo sentimental, que repudia os atos terroristas; o Brasil de um povo que condena os crimes praticados por esses jovens; o Brasil, pelo sentimento cristão de seu povo, é contrário à pena de morte.

Vemos hoje uma grande decisão, porque um jovem terminou a sua vida, sendo condenado à prisão perpétua. Acreditamos que já é uma condenação quase que máxima para aquêle que não mais possui a liberdade, e que pagará, pelo resto de sua vida, pelo crime praticado.

Queremos aqui, sr. Presidente, manifestar o nosso regosijo com essa decisão do Superior Tribunal Militar. Por outro lado, sr. Presidente, vemos que no ato de posse do nôvo Presidente do Banco Nacional de Habitação, sr. Vaz Costa, acabou-se a esperança de milhões de brasileiros, porque aquêles que compraram imóveis, casas ou apartamentos do BNH tinham a esperança de que, com a mudança de Presidente, viesse a ser extinta a correção monetária no Brasil.

Na verdade o BNH é, hoje, uma instituição federal, um Banco que vem de encontro às necessidades de milhões de brasileiros. O homem, não podendo retirar 20, 30, 40 ou 50 milhões de cruzeiros para comprar a sua casa própria poderá concretizar o seu sonho e o de sua família.

Porém, sr. Presidente, srs. Deputados, no instante em que sobe o salário mínimo, no momento em que milhões de operários e trabalhadores ficam jubilosos com o aumento do salário, aquêles que devem prestações ao BNH logo ficam tristes, porque vão ver seu dinheiro valer menos, pois na mesma proporção em que sobe o salário mínimo sobe a prestação do BNH. Se sobe 20%, sobe também 20% a prestação. Logo veremos um aumento muito grande, dependendo do valor da prestação, dependendo da poupança junto ao BNH.

Devemos ao falecido ex-presidente Castelo Branco, grande parte do mérito que hoje tem o BNH. Foi no Governo do Marechal Castelo Branco que se começou a recolher 1% do salário, em todo o Brasil, para que pudessem ser construídas as moradias próprias no Brasil.

Hoje o BNH é uma instituição com muito dinheiro em caixa e, quando o Banco constrói um prédio, ele tem condições de pagá-lo à vista, porque o dinheiro já foi recolhido, quem sabe há muitos anos, da fôlha de pagamento de milhões de brasileiros.

Dentro deste mérito vemos estar o BNH em condições de adotar uma correção monetária mais suave, para que possam os adquirentes de casas próprias sofrer menos com os reajustes elevados nas prestações do BNH. Hoje o trabalhador paga uma prestação do seu imóvel; porém, ao subir o salário mínimo à base de 20%, em 15 anos vamos ver que aquêle trabalhador pagou 300% acima do valor real da compra que efetuou. É muito elevado; é, realmente oneroso para aquêle que paga as prestações de sua casa própria. O BNH, com as disponibilidades em caixa, poderia suavizar as prestações, não deveria subir tanto quanto tem subido.

Hoje, lamentamos profundamente que, no instante em que se troca o Presidente do BNH, em que se coloca ali um homem realmente capacitado, porque "curriculum" assim o demonstra, vemos que S. Exa., já ao assumir, ao ascender à Presidência do BNH, dá uma grande decepção aquêles que são adquirentes, que pagam seus imóveis ao BNH.

Formulamos votos para que ele, depois de algum tempo de ali permanecer, consultando melhor o sofrimento do povo brasileiro, de baixo padrão de vida, de milhões de concidadãos, possa adotar medidas que venham proporcionar mensalidades mais suaves e mais cômodas aos nossos irmãos brasileiros.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Ouvimos ontem, no Plenário, uma referência feita pelo ilustre deputado Líder da ARENA, João Mansur, de que o nosso líder, deputado Nivaldo Krüger, estaria em Brasília, tratando dos altos interesses do Estado do Paraná.

É preciso que se diga, que esta referência feita pelo nobre Líder da maioria, foi como argumento no qual se teria estribado a sua eminente bancada, para recorrer, sumariamente, os requerimentos que, acredito sejam em número de dois, encaminhados por aquele Parlamentar à Mesa e ontem submetidos à votação.

Se não entendemos mal, embora queremos confessar, sem querer também faltar com as homenagens devidas ao eminente Parlamentar, deputado João Mansur, a rejeição destes requerimentos de autoria do nobre deputado Nivaldo Krüger, seria como um revide ao fato de se encontrar o mesmo em Brasília, juntamente com o nosso ilustre patrono, tratando de interesses que nós reputados da mais alta importância para a nossa bancada. E justamente para ferir este assunto é que nos encontramos nesta Tribuna, e nele não esperamos nos alongar além do necessário.

É evidente que nesta Casa, a cada dia que passa, a erosão, que já se constitui num abismo, de difícil transposição, vai aumentando entre a nossa pequenina bancada e a eminente e volumosa bancada da ARENA. Que estaríamos nós construindo? É uma pergunta que somente quem julgar com serenidade, poderá responder. Mas se é um assunto delicado, nós dele também queremos fugir. Porque me parece que, quando um homem, um político dos mais eminentes, que foi o sr. Aliomar Baleeiro, define Democracia no Brasil, situando-a em todo o mundo, e dizendo que ela se restringe, hoje, a duas formas: as de poder aberto e as de poder fechado; tenho para mim, que nossa Bancada luta nesta Casa, e luta pelas regiões que ela representa nesta Casa e em suas próprias regiões no Estado do Paraná, por uma Democracia de poder aberto.

Não sabemos qual o objetivo visado pelos responsáveis pela Política Nacional. Temos reiteradamente proferido, desta Tribuna, votos de coratê o presente, nenhum ato de S. Exa. nos leva a colocar em dúvida esta nossa assertiva.

fiança pelo respeito à Lei com que se conduz o sr. Ministro da Justiça. E

Primordialmente, agora, que se sabe, porque transpirou além dos muros reservados das confidências Governamentais, que se procurou acionar qualquer outro dispositivo menos legal, em face do problema surgido no Estado do Paraná. E, pelo que se depreende, publicamente, a orientação do sr. Ministro da Justiça, foi a de que o sr. Governador do Estado, procurasse dentro do próprio Poder Judiciário, os recursos que lhe são assegurados pela Lei. E foi o que S. Exa. fez.

Então, S. Exa., ela sim, como representante do Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito público, foi a Brasília. Não o nosso Líder, Nivaldo Krüger, que não é representante do Estado do Paraná; é representante do povo do Paraná, nesta Casa; e integra um dos órgãos do Poder.

Assim, o senhor Nivaldo Krüger se encontra em Brasília, se ainda lá estiver, — no trato de interesses elevados de nossa bancada; dos mesmos

interesses que os sr. Governador do Estado, como representante de pessoa jurídica de Direito Público que ele é, foi a Brasília. Ou seja, em razão do pedido de suspensão da Segurança encaminhado pelo Estado do Paraná, ao sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal.

E dissemos elevados interesses de nossa Bancada, porque não é com outro sentido, embora nós estejamos percebendo que a cada passo que se dá, estamos também fazendo com que esse abismo mais aumente; mas quer nos parecer que são questões de convicções e de alta importância para os destinos de nossa Pátria, para aquilo que haverá de se firmar um dia, com o regime democrático do povo brasileiro. Será uma democracia? Será uma ditadura? Duvido que alguém entre os senhores presentes, possa prever o que será. A única coisa que temos certeza é de que nós lutamos e estamos lutando pela Democracia. Criou-se em torno da palavra democracia — porque muitas vezes o Poder tem sido exercido pela força — um clima em que se chega a esquecer de que dois são os seus requisitos essenciais. E os dois dizem respeito ao consentimento do povo; ao consentimento na investidura do cargo e ao consentimento no exercício do Poder.

E o que nós temos visto? Temos visto que muitas e muitas vezes pleiteia-se eleição direta para todos os cargos do Poder, salvo aqueles que devem ser preenchidos por nomeações dos eleitos.

Mas não podemos falar em democracia, sem falar em eleições diretas. E o fato de falar-se em eleições diretas não pode ser deturpado ao ponto de que se diga que se fala em eleições diretas para indiretamente ferir-se aqueles que foram, nas circunstâncias atuais, conduzidos ao Governo. Não se trata disto. Mas se trata, isto sim, de fazer com que este dispositivo constitucional que já está assente nas disposições que nos regem, prevaleça em 74. Temos ouvido que se cogita, na esfera federal de nova prorrogação para a aplicação deste dispositivo que prevê eleições diretas para Governo do Estado, e indiretas, através de um Colegiado, para Presidente da República.

Se é na temporariedade dos mandatos, na liberdade de pensamento e na organização dos partidos que assentam essas condições essenciais, que, no exercício do Poder, os representantes do Povo, sufragados, deverão cumprir, como poderíamos falar em situação dessa natureza, ou seja, em novas prorrogações de eleições diretas?

Esses fatos todos estão intimamente ligados com as teses que defendemos, inclusive por ocasião da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional, nesta Casa. E como se tratava de um Projeto de alta relevância, queríamos, e pretendíamos que fosse analisado na forma da Lei.

Admite-se que nos países e estados em que prevalecem os costumes sobre o direito escrito, tenhamos procedimento dessa natureza, de se fixar, numa Constituição — é uma pergunta que faço — de se fixar, na Constituição, um prazo de 24 horas para ser anunciada a discussão de uma Proposição, e ela ser realizada com menos até de 15 horas? Como ocorreu de ontem para hoje com a sessão extraordinária, sem que houvesse necessidade disso, sem que houvesse uma resolução.

Quer nos parecer que as Leis foram feitas para serem cumpridas. Nós temos visto que é desse espírito que o legislador paranaense está imbuído. Não só estava imbuído o Presidente Armando Queiroz quando promulgou a Constituição Estadual, mas também os seus dois Secretários, e os Presidentes anteriores, também estiveram imbuídos. Muito se repetiu aqui o que disse o sr. Armando Queiroz.

E, hoje, quero repetir o que disse o sr. deputado João Mansur, quando, em 1967, na qualidade de Presidente desta Casa, fez inserir na Constituição então elaborada, com a Emenda que tramitou regularmente por aqui, palavras que revelam bem o ânimo e o idealismo dos legisladores paranaenses. Disse S. Exa.: "Constituição é vida; vida do Direito; exige condições de existência, de cuidados, de carinhos, de respeito. Que o povo, que a criou, que lhe dê existência real, cuidando, amando-a e respeitando-a".

Por que então, haveremos de cavar um abismo, nesta Casa, entre uma pequenina bancada e uma grande bancada, quando se discutem e se exercem, única e exclusivamente atribuições legais; quando o que se disse desta Tribuna e aquilo que se arrazoou num mandado de segurança, são verdade, até hoje por ninguém contestadas. Apenas porque, ousarei concluir, nesta questão de democracia, de poder aberto e de poder fechado, talvez, resida o ponto fundamental disso tudo. A meu ver, nenhuma questão pessoal, meramente pessoal, tem levado esta Casa a tomar decisões que são contraditórias com o espírito de cada um de nós. Mas, muitas vezes se esquece que os interesses do povo, não são aqueles que os governantes supõem, mas principalmente aqueles que o próprio povo proclama.

Nós vivemos numa época em que o Poder Executivo arvorou-se em supor os interesses do povo e se impõe além daquilo que seria normal para torná-lo forte, ocasionando esses distúrbios entre os órgãos do Poder, envolvendo Legislativo, Executivo e Judiciário.

Chegamos até a pensar que, a prosseguir dessa forma, seria o caso de se contrariar aquele doutrinador inglês, em cuja Pátria, eu agora faço sentir o exemplo de uma afirmação que fiz há pouco, o direito e a legislação são esparsos, são elaborados de época em época, e muito do que lá existe, inclusive na Lei constitucional, é costume, não é escrito.

Mas a grande consciência cívica do povo inglês condenaria para sempre quem tergiversasse em torno de um texto do costume, do direito consuetudinário inglês.

Então, concluindo, seria o caso de, para felicidade de encaminhar a administração do país, se dizer, ao contrário daquele político inglês, que pretendia ainda a criação de um quarto Poder, que seria denominado o Poder Moderador, cujo Poder Moderador, nós tivemos aqui no Brasil, ao tempo do império, aliás, muito bem exercido, para, contrariando essa tese, dizer-se que se suprima então o Legislativo, que se fique com o Executivo e Judiciário; que o Executivo que não se contém no seu afã de legislar; que legisle, que decrete à vontade, que se deixe o direito comum para o Poder Judiciário, que aplica a lei, que legisle também nesse sentido. Porque está se tornando impossível através de fatos desta natureza, ao legislador consciente, exercer as suas atribuições.

Discute-se, sem que se chegue a uma conclusão, determinados fatos. Por exemplo, este do Art. 14 do Magistério. De um lado se argumenta em favor da Lei em tese; de outro lado temos fatos concretos a dizer que a suspensão deste Art. 14 é nefasta para a classe do professorado.

No entanto, não se ouve a classe dos professores ou, pelo menos, não teria sido ouvida com relação à exclusão deste artigo do Estatuto. A sua exclusão irá gerar mandados e mais mandados de segurança, porque existem mandatos de Diretores em andamento. Não será difícil que, menos avisadamente, antes de concluir esse mandato, alguém entenda que esta Lei promulgada pela Casa tenha efeito retroativo e esteja excluído o direito adquirido daqueles que foram levados à Direção de um estabelecimento pelo prazo de três anos. Não sabemos, são apenas hipóteses que devem ser formuladas na ocasião em que se discute artigo desta natureza, da importância do Art. 14 do Estatuto do Magistério. A obrigação desta Casa é fazer com que as Leis representem as aspirações do povo, de uma classe que integra este povo. Se fazer Lei, se legislar resolvesse os problemas, bastaria para que se transformasse o regime democrático da Inglaterra no regime russo socialista; que se invertesse as legislações da Rússia para a Inglaterra e em seguida se perguntasse à consciência do povo russo e do povo inglês, se estavam de acordo com a inversão desse regime.

Não, a Lei não é a solução do problema. A solução do problema é que seja feita uma Lei para cada caso. Pelo visto, pelos pronunciamentos que

temos ouvido, a suspensão do Art. 14 cria problemas na classe dos professores.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Veja V. Exa. que até aqui temos tido tranquilidade, e como já se disse aqui, a política passou para os estabelecimentos escolares.

O Professorado que reclama contra o Art. 14, que reclama com relação as remoções que não podem ser feitas, é justamente aquele que vive pedindo para ser removido porque é de seu interesse. Somos constantemente procurados por esses professores.

Entendo que para o legislador era um descaso, uma tranquilidade, isto ficasse para o âmbito deles. Trazendo para esta Casa, estaremos trazendo dores de cabeça, porque queremos ser úteis.

Está se entendendo mal a intenção do legislador neste caso, porque o povo está sendo alertado por uma imprensa que orienta mal.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas discordo do que V. Exa. disse, principalmente porque estou justamente fazendo esta comparação. V. Exa. defende a lei em tese e eu estou defendendo o fato concreto. Quero dizer mais, que tive contato com os diretores e professores do Ensino Médio no interior do Estado, e a nenhum deles agradou esta supressão. Coloco-me no lugar de um professor; também não me agradaria, porque, só o fato de um diretor ter um mandato de três anos, lhe garante tranquilidade, não a ponto desta tranquilidade se transformar em negligência, mas, ao contrário, é um incentivo para que ele, no seu trabalho, tenha maior dedicação e principalmente, liberdade de ação, sem interferências muitas vezes, nocivas.

Eu citei um caso concreto, citei de minha cadeira um exemplo recente de como está sendo interpretada a exclusão, a derrogação do Artigo 14 do Estatuto do Magistério. Se havia defeitos a serem corrigidos, estou de pleno acordo; que se corrigisse, mas não se exclua, não se derogue uma garantia que representa a necessária tranquilidade para que uma pessoa responsável por um estabelecimento de ensino possa exercer o seu mandato.

E como disse V. Exa., o nobre deputado Arthur de Souza, esta Casa foi buscar intranquilidade lá fora, trazendo-a aqui para dentro.

Mais um motivo para que nossas ponderações sejam as mais acuradas possíveis, nobre Deputado, porque a Lei não deve ser criada para criar intranquilidade, mas sim para trazer tranquilidade. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concede a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Quero abordar, no dia de hoje, um assunto que é manchete em todos os jornais do mundo. Este assunto está preocupando sumariamente a todos os governantes, a todas as autoridades educacionais e de saúde, não só da nossa Pátria, mas já vem preocupando os países mais adiantados, de longa data. Refiro-me, sr. Presidente e srs. Deputados, ao uso e tráfico de tóxicos e entorpecentes. Esta matéria, reveste-se de uma seriedade muito maior do que pode parecer à primeira vista, Jornais brasileiros, as revistas, estampam, em manchetes as advertências dos médicos, dos psicólogos, dos educadores, a respeito do perigo eminente que ameaça aniquilar e destruir toda a nossa mocidade, toda a nossa juventude.

Como disse de início, em outros países o assunto já teve a sua maior evolução. Já apanhou as autoridades constituídas de surpresa e o tráfico de tóxicos e entorpecentes chegou a volumes assustadores e arrasadores.

Tive a oportunidade de ler uma das revistas que transcrevia as providências do Governo francês contra os tóxicos e os entorpecentes. E pude observar a rígida legislação que ali foi implantada pelo ex-presidente Charles

de Gaulle, ao tomar conhecimento daquilo que hoje vai se processando em muitos países.

Tive a oportunidade de ler um verdadeiro libelo que uma das revistas inglesas publicou, dando ciência e notícias de que aquele País, com seu espírito nacional e cristão, não tomou as devidas precauções a tempo. E hoje, cerca de 10 mil jovens se encontram cadastrados naquele país, com a carteirinha de toxicômanos. Podendo, estes jovens, adquirir e comprar o tóxico e entorpecente à hora em que ele bem desejar, e poder chamar a ambulância e requerer internamento hospitalar à hora em que tiver suas crises. Mas, o que é mais grave, sr. Presidente, srs. Deputados, é que a toxicomania possui três graus, apresentado pela medicina. O primeiro, é o grau de euforia, do bem-estar, que sente aquele que começa a senda descendente para a miséria e a desgraça; a segunda fase, é a fase do delírio, das atitudes estranhas e esquisitas que o môço ou a môça começam a adotar; e a terceira fase, a fase da loucura, que hoje, na maioria dos casos, se afigura à medicina como completamente incurável.

E esta mesma revista, sr. Presidente, srs. Deputados, dizia que o curso de vida de um viciado em tóxicos está reduzido a apenas 10 anos de vida.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. sabe que este é um tema que forçosamente tem de apaixonar a todos aqueles que, como nós, têm alguma responsabilidade perante a sociedade, por este mandato, que exercemos.

Hoje ainda falava, em um programa de rádio, de um cidadão prêso em Curitiba, pela nossa polícia, que ticava às portas dos estabelecimentos de ensino, dando cigarros de maconha aos estudantes, cigarros chamados "fininhos", na gíria da polícia, para que o estudante se acostumassem e ficasse dependendo daquele cigarro, para depois lhe vender ao preço que bem entendesse. Este cidadão tinha uma chácara, comprada com o produto deste comércio ilícito, com o produto deste tráfico.

Veja V. Exa. a que perigo se expõem nossos filhos que são abordados por elementos desta nocividade. Porisso, quando V. Exa. aborda o tema do tóxico, nós temos que nos solidarizar com o discurso de V. Exa., e dizer que o perigo que na Inglaterra existe, este mesmo perigo começa a também se fazer sentir aqui no nosso País e, o que é mais contristador para nós outros, aqui no Paraná, e mórmente na metrópole de Curitiba. V. Exa. aborde o tema, insista, porque temos que alertar a esta juventude, a esta mocidade, temos que evitar que os jovens se entreguem a este vício tão perigoso. Há poucos dias ainda eu fazia referência, em nosso programa, a uma revista que trazia inúmeros ídolos desta mocidade, que morreram cedo. E meu aparte é no sentido de dizer que um toxicômano pode viver, no máximo, dez anos. É lamentável, tantos e tantos talentos que têm sido perdidos, porque procuram inspiração no LSD e em outros tóxicos, e acabam na loucura, tendo morte terrível. É uma inspiração cara demais, que buscam esses artistas. A relação de pessoas famosas no mundo, a fotografia de ídolos da juventude, que morreram cedo devido a isto, talvez traga aos jovens um alertamento, uma noção do perigo que estão correndo.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte de V. Exa., que veio a propósito, porque pretendo contar um ou dois casos que conheço, de caráter confidencial, mas que vou contar em tese, e que tive a oportunidade de levar ao conhecimento da Polícia Federal e do Secretário de Educação e Cultura.

Jovens que, aos quinze anos, na Inglaterra, iniciam-se na carreira do vício, correm agora aos 25 anos. Outros que, se iniciam aos 17 ou 20, morrem aos 27 ou 30 anos de idade, e alguns deles vêm a falecer internados em Hospícios, devido à periculosidade, à completa loucura.

Porisso este assunto, como bem frisou o sr. deputado Arthur de Souza, deve chamar a nossa atenção, e esta Casa, que é a Casa do povo, que deve

estar atenta a tudo, jamais poderia se omitir diante do que está acontecendo em todo o mundo.

A própria "Gazeta do Povo" de hoje estampa a notícia: "Nixon pedirá união no combate ao tóxico". E denunciado por uma Comissão, que vários soldados que se encontram no Vietnã do Sul infelizmente estão viciados, porque elementos inescrupulosos conseguiram introduzir as mais estranhas fórmulas de tóxicos para fazer com que aquela juventude se viciasse. Esses soldados que agora retornam à sua Pátria, completamente viciados, que prejuízos enormes, que exemplos tristes trarão aos seus irmãos, irmãs, pais e às escolas.

Por isso está o Presidente dos Estados Unidos procurando, através de uma Comissão de alto nível, fazer com que uma legislação esteja implantada, visando expurgar estes comerciantes desonestos que estão comerciando com a vida da juventude de nossas dias, procurando dar a assistência necessária para aqueles jovens que, menos avisados, acabam cedendo a uma das investidas, em suas múltiplas formas, e hoje se encontram neste caminho terrível.

O "Estado de São Paulo" publica um artigo "Nossa juventude, alertada, repudiará o tóxico". A criação de uma consciência nacional em torno dos males do uso dos tóxicos e entorpecentes, para evitar a contaminação da juventude para o vício, é o grande objetivo da campanha que o Governo federal desencadeará em todas as áreas. O trabalho começará pela reforma legislação a respeito, tarefa a cargo do Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, srs. Deputados, quero, sinceramente, congratular-me com o sr. Presidente da República, com o sr. Ministro da Justiça e com o sr. Ministro da Saúde, pelos estudos que estão sendo elaborados.

A nossa legislação que visa combater os tóxicos, a maconha, os barbitúricos, os anfetamínicos, é, inequivocamente, uma legislação fraca. Dispunha o nosso Código Penal, no seu artigo 281, de uma penalidade que nada poderia representar, diante do perigo do descabimento que o vício pode acarretar.

Então, o Presidente de saudosa memória, Arthur da Costa e Silva, através do decreto 385, de 26-12-68, reformulou este artigo, incluindo uma pena de reclusão para o traficante, de um a cinco anos, e multa de 10 a 50 salários mínimos vigentes no País.

Mas, srs. Deputados, sinceramente, entendo que essa legislação é muito precária, muito fraca para combater, para banir do seio da comunidade este terrível mal.

Por isso, agora que os estudos são feitos, ainda em caráter confidencial, venho a esta Tribuna para concitar os nobres e ilustres Pares, todos os Deputados que são chefes de família, que possuem filhos, a periculosidade do que está ocorrendo. E como disse de início, há poucos dias atrás, compareci ao Gabinete da Polícia Federal e levei um professor; posteriormente, levei-o ao sr. Secretário de Educação e Cultura, para denunciar os métodos que estão sendo usados dentro de nossos Colégios, fazendo com que os pipoqueiros, ao invés de sal, colocam tóxicos nas pipocas que são vendidas aos alunos, nas portas dos Colégios. E ainda distribuem, também nas portas dos colégios, substâncias que são destinadas a perfumar o hálito e que são vendidas comumente nas farmácias, e que nada mais são do que psicotrópicas da mais alta dose. E esses psicotrópicos, quando ingeridas três pipulas, são o suficiente para o aluno se tornar baratinado, se tornar eufórico e começar a senda da desgraça e da miséria proporcionada pelo vício.

Além disso, nos Estados Unidos, outros métodos são usados, como a bala, como o próprio chicletes, que as crianças tanto apreciam. E como se não bastasse isso, quando a criança está avisada, prevenida de que não deve aceitar nada de estranhos, ainda se usa, nos colégios, a seringa, que é colocada dentro de um bolso, e aquele elemento se encosta na criança e, através da picada, começa a derrocar o caráter moral da criança.

Alegro-me de ver a mocidade interessada no assunto. E ontem, recebi o boletim informativo da União dos Estudantes, que tem um artigo sobre "Tóxicos", escrito pelo professor Ernani Simas Alves, onde adverte o perigo da maconha, onde adverte do perigo da bolinha, enfim, todas essas coisas que estão sendo usadas abusivamente e maliciosamente, por elementos inescrupulosos.

Portanto, srs. Deputados, este assunto é sério, apaixonante e merece nossa consideração; merece que percamos alguns minutos e venhamos participar, ativamente, e dar apoio ostensivo e direto às autoridades educacionais, sanitárias de nosso País, para que o sr. Presidente da República tenha o amparo da população, dos homens de bem, para que essa legislação seja bem rigorosa no sentido de banir, de expungir esses elementos que fazem esse comércio excuso, esse comércio que representa o pisar sobre a vida humana, a sua fórmula de vida e, por outro lado, o Governo encontre, enquanto à tempo, a solução para assistir a esses pobres miseráveis, essa juventude que aí se encontra, à espera de uma palavra de estímulo, para saírem da valeta onde se encontram caídos.

Assim é, Sr. Presidente, que dando esse meu brado de alerta a esta Casa, que tem sido vanguardista nas lutas pelas verdadeiras aspirações coletivas, quero apresentar uma proposição, com toda veemência, com todo ímpeto e dedicação de um Parlamentar, de um chefe de família que está preocupado com o assunto. O requerimento está vasado nos seguintes termos:

(Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário.

Requer seja aprovada uma moção de irrestrito apoio desta Assembléia, ao excellentíssimo senhor presidente Emílio Garrastazu Médici e ao ministro da Justiça, Alfredo Busaid — pela oportuna campanha de combate ao uso e tráfico de tóxicos e entorpecentes que tão profundos prejuízos vêm acarretando à mocidade brasileira. Esta moção representa ainda a integração total desta Casa à meritória campanha.

A atitude corajosa e objetiva do presidente Médici de reformar a obsoleta legislação vigente sobre a matéria, muito bem demonstra o alto sentido patriótico de S.Exa. que indormidamente está atento a tudo, não só ao progresso econômico, mas, também à preservação moral e salutar do futuro da Nação.

Assim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao presidente Emílio Médici e ao ministro Alfredo Busaid.

Sala das Sessões, 15 de junho de 1971".

O sr. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. deputado Igo Losso, pedi o aparte a V.Exa., apenas com o objetivo de parabenizá-los por esse importante pronunciamento, que bem traduz o espírito cristão e de pai de família de V.Exa.. Realmente é uma matéria muito importante, não apenas para a preservação de nossa mocidade, mas também para a consolidação dessas medidas que o Governo vem adotando. Nossos cumprimentos por esse magnífico pronunciamento de V.Exa.. Nosso apoio, não só a esse requerimento, mas a todos os demais pronunciamentos que V.Exa. vier a fazer com o sentido de manifestar assim a sua posição de apoio ao combate do uso de tóxicos em todo o País.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte e queria comunicar ainda à Casa que, além dessa moção, estou participando ativamente de palestras, de reuniões, e já solicitei a vinda de 3 filmes, especialmente elaborados para esclarecer a nossa mocidade. São filmes coloridos, para que sejam difundidos amplamente nas escolas, estabelecimentos educacionais, repartições públicas; enfim, onde houver um aglomerado, para que a população seja esclarecida. Com satisfação tenho recebido diversos convites, e quero me colocar à disposição dos meus ilustres Pares, para que esses filmes, se for necessário, sejam levados às diferentes regiões de nosso Estado e apresentado como um alerta, para que nossa mocidade esteja esclarecida, e não vá incidir nessa desgraça, nessa mi-

séria, porque ninguém quer criar um filho, com cuidado e carinho, para que ele morra aos 25 ou 30 anos de idade, destruído pelos tóxicos.

O sr. Muggiati Filho — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas no sentido de prestar uma pequena colaboração a V.Exa., no que diz respeito à reformulação da legislação em vigor. Digo a V.Exa. que já tive oportunidade de ter em mãos mais de um processo em que são implicados elementos plantadores de maconha e a Justiça, face à legislação existente, está completamente desatualizada para tais casos, e vê-se na contingência de não poder aplicar dispositivos legais, por não terem sido previstos casos desta natureza.

Sabemos que no Paraná mesmo existem, embora não em grande quantidade, plantações de maconha, e que a produção é negociada dentro e talvez fora do Estado.

Este é apenas um exemplo, para dizer a V.Exa. que é necessária a reforma da legislação vigente.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte. Na verdade este é o nosso propósito, através desta moção que estamos apresentando. Estamos demonstrando o nosso irrestrito e incondicional reconhecimento àquilo que está sendo feito pelas autoridades competentes, por determinação direta do sr. Presidente da República, no sentido de que, com a legislação atualizada, possam esses elementos ser punidos e possam ser afastados deste processo de difusão que se faz não só em nosso Estado, como no Brasil e no mundo.

O sr. João Mansur — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero cumprimentá-lo, nesta tarde, por esta verdadeira aula que V.Exa. ofereceu a esta Casa. Realmente, V.Exa. abordou assunto dos mais importantes, e que vem preocupando as autoridades do mundo inteiro, e desgrazadamente também do Brasil.

Ao par da Moção que V.Exa. propõe a S.Exa., o sr. Presidente da República quando, numa atitude corajosa, como de resto todas as atitudes que tem tomado em favor do Brasil e do povo do Brasil, pretende a reformulação desta Lei — como bem disse o deputado Muggiati Filho — é obsoleta, já não reflete e não condiz com a realidade do momento presente; queria ainda, num adendo ao seu pronunciamento, dizer que, tão logo S.Exa. o sr. Governador retorne a esta Capital, fizéssemos um alerta desta Casa e de todos nós, que somos chefes de família e que temos a responsabilidade do mandato popular. E juntamente com as medidas que o Governo do Paraná tomasse imediatamente, hoje, se possível, desfechásemos em nosso Estado uma luta, uma guerra sem quartel contra esses elementos que vêm minando a mocidade brasileira; poderíamos apeiar, igualmente, aos Inspectores de todos os estabelecimentos de ensino, que são os guardiões de nossa mocidade, que afastem do meio de nossa juventude estes maus elementos.

Quero cumprimentar V.Exa. quando aborda assunto tão importante e que tem causado tanta preocupação a todos.

O SR. PRESIDENTE — Aviso ao nobre orador que falta um minuto para concluir a sua oração.

O sr. Emílio Carazzai — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiro quero felicitá-lo pela oportunidade do pronunciamento que está fazendo, e gostaria de acrescentar que o problema que empolga o mundo, que interessa ao mundo, no combate aos tóxicos, que inclusive tem sido feliz, por parte da sociedade paranaense, através da Associação Cristã Feminina, e por obra do Dr. Monastier que, antes que nós, já havia feito um alerta contra o uso dos tóxicos, o que, naturalmente, trará grandes benefícios à campanha que empreendemos, para que todo o mundo se empenha no combate a este grande mal. Como V.Exa. disse ter apenas um minuto para concluir a sua oração, eu não terei assim oportunidade de tecer novas considerações sobre o assunto. Mas queremos lembrar, antes de tudo, a abnegação deste moço, meu colega de turma, o empenho demonstrado através da Associação Cristã Feminina e da Associação Paranaense de Recuperação, e, evidentemente, agora, através do discurso de V.Exa., que veio, inclusive, dar mais ênfase

aquilo que está no pensamento de todos nós, que é o combate aos tóxicos, que deverá ser feito também através das escolas, das sociedades e da juventude. Porisso, estou solicitando a todos aqueles que tiverem um projetor de "slides", para enviá-lo à APR, que, através desta Casa, seremos agradecidos. Era o aparte.

O SR. IGO LOSSO — Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado Emílio Carazzai. Na realidade, diversas lideranças já estão participando ativamente desta campanha. Além do mais, quero aqui fazer também um reconhecimento ao ilustre colega Cândido Martins de Oliveira, que na época em que ocupava a Secretaria de Educação, também fez uma publicação a respeito. Pena que foi em número bastante reduzido — sobre a periculosidade do uso de tóxicos e entorpecentes. E o que eu fiz hoje, foi dar um alerta desta Assembleia, como uma Casa representativa de todas as comunidades, de todas as camadas sociais, e agora, como muito bem frisou o nobre deputado João Mansur, que pretende também iniciar a sua campanha; vamos então todos juntos lutar, para que todos sejam esclarecidos e preservados deste mal, que pode acarretar consequências desastrosas para nossa juventude. Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 213/70, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 à viúva Luiza Fragoso dos Santos. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 213/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à viúva Luiza Fragoso dos Santos.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1971.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Pinto Dias

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 310-70, de autoria do dep. David Federmann, que considera de Utilidade Pública, a Associação Brasileira de Odontologia, Seção do Paraná, Sub-Seção de Ponta Grossa, Parecer contrário da C.C.J. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104-70, de autoria do dep. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação)

O Sr. Presidente, solicitei a palavra para fazer uma ressalva, de vez que pretendemos em segunda discussão, apresentar uma emenda supressiva.

O SR. MUGGIATI FILHO — Uma emenda supressiva, a fim de excluir o município de Sabaudia, da Inspetoria que se pretende criar no município de Arapongas.

Esta emenda será apresentada oportunamente e justificada oportunamente. De modo que o nosso voto favoravelmente a este projeto é com esta ressalva.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto. **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 27-70 — dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição dos produtores como contribuintes do imposto de circulação de mercadorias e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

MENSAGEM N.º 27/70

Curitiba, 20 de agosto de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa instituir a obrigatoriedade de inscrição dos produtores que ainda não se inscreveram como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa é de grande relevância e tem como objetivo atender reivindicação da Associação dos Municípios do Paraná, que vê a medida como instrumento indispensável à perfeita apuração das operações tributáveis, no sentido da implantação do "Guia do Produtor".

Apresentando mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 552-70, de 19 de maio do corrente ano, da Secretaria dos Negócios da Fazenda.

Certo de que a medida ora proposta a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Francisco Escorsin

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os produtores ainda não inscritos como contribuintes do imposto sobre circulação de mercadorias — ICM, são obrigados a inscrever-se na repartição a que se jurisdicionarem.

Parágrafo único — A Secretaria da Fazenda, por Instrução, adotará providência complementares visando a implantação, forma e prazo de recolhimento do imposto, concernente à exigência prevista neste artigo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO GOVERNADOR

Curitiba, 19 de maio de 1970.

E.M. n.º 552/70

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei, que visa instituir a obrigatoriedade de inscrição

dos produtores que ainda não se inscreveram como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

A proposição que me permito encaminhar a Vossa Excelência para, se merecer a sua aprovação, ser oportunamente transformada em mensagem a ser enviada à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, tem como objetivo precípuo atender reivindicação que me foi dirigida pela Associação dos Municípios do Paraná.

Como se recorda, essa entidade tem defendido com reiterado empenho, como instrumento coadjuvante indispensáveis à perfeita apuração das operações tributáveis, a implantação da "Guia do Produtor". O pleito culminou em reunião da qual participaram o Presidente da mencionada Associação, diversos Prefeitos Municipais, e o titular desta Secretaria, ocasião em que ficou assente a adoção da "Guia do Produtor", precedida, porém, da inscrição de todos os produtores no cadastro de contribuintes do Estado.

Em princípio, na mesma ocasião, julgou-se que a exigência da inscrição poderia ser cominada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Todavia, examinada com maior percuciência as implicações jurídicas pertinentes, chegou-se à conclusão de que somente por lei se poderia impor aquele ônus ao contribuinte, daí, por que, determinei a elaboração do anteprojeto em anexo.

Sem outro particular, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência o testemunho do meu profundo respeito.

(a) **Rubens Bailão Leite**

Secretário da Fazenda

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor PAULO CRUZ PIMENTEL

Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

N/Capital.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 104/70

I — O Projeto de Lei em exame, autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Arapongas.

II — A matéria já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, e tratando-se de simples autorização legislativa, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em junho de 1971.

(aa) **Antonio Lopes Junior** — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Acyr José

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 231/70

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição dos Produtores como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

I — Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em tela, visa instituir a obrigatoriedade da inscrição dos Produtos que ainda não se inscreveram como contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

II — A mensagem foi encaminhada a esta Casa Legislativa atendendo exposição de motivos apresentada pela Associação dos Municípios do Paraná, através da Secretaria da Fazenda, que vê a medida como instrumento indispensável à perfeita apuração das obrigações tributáveis no sentido da implantação da

"Guia do Produtor", sendo necessária a inscrição de todos os Produtores no Cadastro de Contribuintes do Estado.

III — A medida é justa e não há impedimento constitucional, razão pela qual nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Acyr José

Igo Losso

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 231/70

Autor: Governador do Estado — Mensagem n.º 27/70.

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição dos produtores como contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias, e dá outras providências.

O presente projeto se nos afigura justo e sem implicações de ordem financeira, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Quanto a sua oportunidade nada há a opor.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1971.

(aa) **Leopoldo Jacomel** — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovídio Franzoni

Maurício Fruet

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30-71, de autoria do dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública, o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado, em Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 30/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher.

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971.

(a) **Dep. Lázaro Dumont**

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de entidade de direito privado, com personalidade jurídica, da cidade de Londrina, que tem por fim promover, por todos os meios ao seu alcance, o atendimento à mulher em todas as fases de sua vida. São inúmeros e relevantes os serviços prestados por essa bemmereita instituição, não só à mulher, mas também, à própria sociedade londrinense, tornando-se, por isso, credora da medida que ora se propõe.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 30/71

Autor: Deputado Lázaro Dumont.

Súmula: Declara de Utilidade Pública, o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher sediado no Município de Londrina.

I — O presente Projeto está devidamente justificado e instruído de acordo com as normas que regem iniciativas desta natureza.

II — Não colide com dispositivos Constitucionais ou legais.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruct

Igo Losso

Acyr José

Gilberto Carvalho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 9/71, encaminhando Anteprojeto de Lei que objetiva criar na Administração Indireta e Vinculada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES). Parecer favorável da C.C.J. — COM EMENDA EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 60/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES), com personalidade jurídica de direito público, sede e fóro em Curitiba e estatuto a ser aprovado pelo Governador do Estado, com o objetivo básico de promover o bem estar social, estimulando, apoiando e mantendo instituições que operem no setor, com finalidades semelhantes.

Art. 2.º — Passarão a integrar a Fundação, mediante a relação jurídica adequada, as seguintes instituições do setor público estadual:

I — Conselho de Assistência Social, instituído pela Lei n.º 2.964, de 28 de novembro de 1.956;

II — Fundo de Assistência Social — F.A.S., instituído pela Lei n.º 5.700, de 8 de novembro de 1.967;

III — Instituto de Assistência ao Menor, criado pela Lei n.º 4.617, de 16 de julho de 1.962;

IV — Serviço de Imigração, criado pelo Decreto n.º 12.603, de 12 de abril de 1.963;

V — Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, instituída pelo Decreto-Lei n.º 646, de 19 de junho de 1.947;

VI — Serviço de Educação dos Excepcionais, criado pelo Decreto n.º 15.265, de 25 de junho de 1.964;

VII — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural F.A.T.R., instituída pela Lei n.º 691, de 13 de setembro de 1951;

VIII — Assessoria Social, instituída pelo Decreto n.º 4.003, de 4 de fevereiro de 1.967.

Parágrafo único. — Outras instituições, mesmo do setor privado, a critério do Governador do Estado, poderão integrar a Fundação.

Art. 3.º — O patrimônio inicial da Fundação será constituído de uma doação especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que lhe será feita pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único — Será acrescido ao patrimônio inicial acervo de instituições que por ato do Poder Executivo forem incorporadas à Fundação.

Art. 4.º — Constituem receita da Fundação, além dos recursos derivados do seu patrimônio:

I — renda líquida do serviço de loteria do Estado;

II — rendimentos decorrentes de aplicações em títulos de crédito;

III — dotações orçamentárias;

IV — auxílios, subvenções, doações, legados e empréstimos;

V — doações de sociedades de economia mista do Governo Estadual, concedidas por decisão das respectivas assembleias, obedecendo orientação do Chefe do Poder Executivo e oriundas de participação percentual dos lucros das empresas;

VI — recursos provenientes de incentivos fiscais, nos termos da legislação específica;

VII — rendas eventuais.

Art. 5.º — Será obrigatória a inclusão, no estatuto da Fundação, das seguintes disposições:

I — os bens imóveis, havidos pela Fundação, por doação ou por força de transferência do acervo de instituições que vierem a ser incorporadas, só poderão ser alienados por autorização legislativa;

II — composição de um Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação;

III — composição de um órgão executivo, constituído de um Presidente e de tantos Vice-Presidentes quantas sejam as instituições que passarão a integrar a Fundação, na razão de um para cada, todos escolhidos pelo Governador do Estado, em lista triplíce apresentada pelo Presidente da Fundação;

IV — no caso de extinção da Fundação, o seu patrimônio terá o destino que a lei determinar.

Art. 6.º — O ato constitutivo, o estatuto ou o regulamento das instituições relacionadas no artigo 2.º desta Lei ou de outros organismos que passarem a integrar a Fundação, poderão ser alterados para melhor adaptá-los à entidade instituída por esta Lei.

Art. 7.º — A aplicação de recursos provenientes de dotações orçamentárias consignadas às entidades relacionadas no artigo 2.º desta Lei ou a outras que passarem a integrar a Fundação, dependerá da prévia aprovação dos órgãos de administração da mesma Fundação.

Art. 8.º — Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a integração das instituições à Fundação, bem como para extinção de órgãos do serviço público que em decorrência desta Lei percam sua razão de ser.

Art. 9.º — A Fundação deverá gozar de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual.

Art. 10 — A Fundação prestará contas globais, por exercício findo, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11 — Para a execução do disposto no artigo 3.º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), podendo para tanto cancelar recursos de idêntico valor, constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 60/71

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem Governamental n.º 9/71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar na administração indireta e vinculada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES).

I — A promoção do bem estar social, indubitavelmente deve constituir meta básica da administração estadual.

II — Uma reformulação no setor social, virá por certo ao encontro dos anseios de realização de plano racional no que tange à programação Social do Estado.

III — A medida vem, ao ser pretendida, perfeitamente justificada, quanto da necessidade de aglutinação dos variados organismos, que tem objetivos semelhantes, não possuindo condições próprias para o desempenho das atividades sociais, vindo assim, a criação da Fundação, proporcionar melhores cursos.

IV — Face ao exposto e não existindo qualquer obstáculo de natureza legal ou Constitucional, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruct

Cândido Martins de Oliveira

Acyr José

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Com vistas ao nobre Deputado Cândido M. de Oliveira, por 3 dias

Em 19 de maio de 1.971. Wilson Brandão — Presidente

EMENDA N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 60/71

EXCLUA-SE, do art. 2.º, o seguinte:

“VI — Serviço de Educação dos Excepcionais, criado pelo Decreto n.º 15.265, de 25 de junho de 1.964”.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1.971.

aa) Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Maurício Fruct

Acyr José

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça

a) Dep. Wilson Brandão — Presidente

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando 15 dias de licença para tratar de interesses particulares. — Será incluído na Ordem do Dia da sessão ordinária do dia seguinte.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do coronel Francisco Durski Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Heil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Clarice Taquet. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara Federal dos Deputados, solicitando especial atenção para o grave problema dos conflitos de terras que se vêm verificando em nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, solicitando voto de louvor ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, lido da tribuna, solicitando seja aprovada uma moção de irrestrito apoio desta Assembléia ao sr. Presidente da República e ao sr. Ministro da Justiça, pela campanha de combate ao uso de tráfico de tóxicos e entorpecentes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado abaixo assinado ao sr. Dalton O. Condessa, diretor do 9.º Distrito Rodoviário do Estado, o qual contém justa reivindicação dos usuários da BR-277 — Km. 14. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado, através desta Casa aos srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Governador do Estado, Presidente do INCRA, abaixo-assinado dos posseiros da Gleba Piquiri, município de Palotina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado aos srs. Ministro da Guerra, secretário Geral do Ministro da Guerra e sr. General Comandante da 5a. Região Militar voto de aplausos pelo sucesso obtido na realização da 2a. Olimpíadas Nacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao sr. Governador do Estado e ao sr. Secretário da Fazenda, solicitando a liberação de recursos destinado ao pagamento de pessoal que percebe pela verba de Asseio e Higiene nos estabelecimentos de ensino do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente à autoridades do Exército pelo transcurso no dia 10 do corrente mês, do "Dia da Artilharia". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Governador do Estado, solicitando abertura de concurso público para identificadores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando ao sr. Ministro da Justiça, pleiteando a prorrogação do prazo de vigência da Carteira Modelo 19. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Secretário dos Transportes, ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser providenciado o asfaltamento das estradas que liga o lugar denominado Passa-sete à Auto Estrada, Curitiba a Paranaguá, no município de Morretes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Diretor do Departamento de Águas e Esgotos, no sentido de Sua Senhoria se digne informar a esta Casa, porque razão do D.A.E., não vem acompanhando o mesmo ritmo de rapidez de trabalho executado pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pela Companhia Fôrça e Luz do Parana. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença em Plenário do sr. Benedito Moreira, prefeito municipal de Cambará.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 95/70 e 130/70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 104/70; 231/70; 30/71; 60/71;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/69;

DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento do sr. deputado David Federmann, que solicita 15 (quinze) dias de licença para tratar de interesses particulares.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se às dezesseis horas a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões e com a presença dos senhores Deputados: Antônio Lopes Júnior, Francisco Escorsin e Acyr José. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi reatado o seguinte Projeto de Lei: **PROJETO DE LEI N.º 104/70** — De autoria do senhor deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia, e dá outras providências. Relator: deputado Francisco Escorsin. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária